



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETARIA
FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO PARÁ

ATA da décima reunião ordinária do **FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DO PARÁ**. Data: 11 de setembro de 2010 - horário: 09h30 às 17h10. Local: Barrudada Tropical Hotel – Salão Igarapé. Av. Mendonça Furtado, nº 4120, Bairro Liberdade, Santarém-PA.

01 Aos onze dias do mês de setembro de 2010, às 09h30, deu-se início à décima reunião ordinária
02 do FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO
03 ESTADO DO PARÁ, no Barrudada Tropical Hotel – Salão Igarapé, sito à Av. Mendonça
04 Furtado, nº 4120, Bairro Liberdade, Santarém-PA, tendo como instituição anfitriã a
05 Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Estiveram representadas na reunião as
06 seguintes instituições: Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), na pessoa do Prof. Licurgo
07 Peixoto de Brito, Coordenador Estadual do PARFOR-PA, neste ato representando o Secretário
08 de Estado de Educação do Pará e Presidente do Fórum Estadual Permanente de Apoio a
09 Formação Docente do Estado do Pará, Prof. Esp. Luís Carlos Barbosa Cavalcante; Prof. Dr.
10 Celso Costa (CAPES/MEC); Profa. Dra. Alba Rossi (CAPES/MEC); Universidade Federal do
11 Pará (UFPA), Profa. Dra. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas, e o Sr. Victor Souza Castro,
12 responsável técnico pela Base de Informação sobre Professores de Educação Básica da Rede
13 Pública do Pará (BIP); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Profa. Dra. Janae
14 Gonçalves Martins e Prof. Dr. Orlando Tadeu Lima de Sousa; Universidade do Estado do Pará
15 (UEPA), Profa. Dra. Maria das Graças da Silva; Universidade Federal do Oeste do Pará
16 (UFOPA), Magnífico Reitor Prof. Dr. José Seixas Lourenço, Profa. Msc. Terezinha de Jesus
17 Dias Pacheco, Prof. Dr. Rodrigo Ramalho Filho, Profa. Maria de Fátima Lima, Profa. Esp.
18 Maria Luiza Fernandes da Silva Pimentel, Profa. Dra. Maria de Fátima Matos de Souza, Profa.
19 Dra. Dóris Santos de Faria, Profa. Edvana Santos; União Nacional dos Dirigentes Municipais
20 de Educação (UNDIME/PA), Sra. Lucineide Pinheiro, Secretária Municipal de Educação de
21 Santarém; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/PA), Prof. Luís
22 Alípio Gomes; Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), Prof.
23 Daniel Lima Fernandes; Conselho Estadual de Educação (CEE/PA), Prof. Dr. Roberto Barreto
24 Ferraz. Como participantes/colaboradoras: Profa. Hildete Costa e Profa. Esp. Máira Carvalho,
25 pertencentes à equipe do PARFOR-PA; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Prof.
26 Dr. José Luiz Santana, Prof. Dr. Jorge Xavier da Silva, Profa. Dra. Josilda Moura; Universidade
27 Federal Rural do Rio de Janeiro, Prof. Msc. Tiago Badre Marino; ALCOA, Sra. Neuza Vicente
28 da Silva e Sra. Célia Oliveira; Secretaria Municipal de Juruti, Sra. Maria Raimunda Silva;
29 Secretaria Municipal de Óbidos, Sr. Edson Silva de Pádua; Secretaria Municipal de Educação
30 de Itaituba, Sr. Francisco Felipe dos Santos Melo; Sra. Marly Dhill, Diretora da Escola
31 Tecnológica de Itaituba; Secretaria Municipal de Educação de Novo Progresso, Sr. Gilberto
32 Luiz dos Santos. Não participaram da reunião: Instituto Federal de Educação, Ciência e
33 Tecnologia do Pará (IFPA), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
34 (ANFOPE) e Sindicato dos Pedagogos do Estado do Pará (SINPEP). O Prof. Licurgo deu as
35 boas vindas aos membros do Fórum e demais participantes, e justificou as ausências do Prof.
36 Luís Cavalcante, presidente do Fórum, e da Profa. Ana Lúcia Santos, vice-presidente do Fórum,
37 por problemas institucionais, explicando que na ausência dos dois membros, faz-se necessária a
38 escolha de um presidente entre os presentes. Prosseguiu-se, então, à escolha de um dos
39 membros do Fórum para presidir a reunião, deliberando-se, consensualmente, em favor do

40 nome do Prof. Licurgo, o qual passou imediatamente à leitura da pauta assim composta: (1)
41 Comunicações; (2) Proposições; (3) Ordem do dia, composta pelos itens: 3.1. Leitura e
42 aprovação da Ata da 9ª Reunião do dia 13 de agosto de 2010; 3.2. Proposta de matrícula on line;
43 3.3. Moção à CAPES referente à pós-graduação *stricto sensu*; 3.4. Apresentação da Base de
44 Informação sobre os Professores da Rede Pública de Educação Básica do Pará; 3.5. Vacância de
45 habilitação às turmas do PARFOR-PA; 3.6. Discussão sobre a proposta de criação de novos
46 pólos; 3.7. Apresentação dos resultados dos cursos da UFOPA até o momento; (4) O que
47 ocorrer. O Prof. Licurgo franqueou a palavra para que fossem feitas as comunicações. (1)
48 **Comunicações:** o Prof. Licurgo comunicou que: (i) o processo Seletivo 2010 02, está
49 ocorrendo em duas etapas, a primeira foi em julho com a divulgação das turmas ofertadas pela
50 UFOPA, e a segunda, prevista para o final de setembro com a publicação das vagas da UFPA,
51 IFPA, UEPA e UFRA. Nessa segunda etapa, alguns problemas estão sendo identificados, dentre
52 eles, inscrições validadas pelas Secretarias Municipais de Educação (SMEs) e que não constam,
53 na íntegra, no relatório da CAPES. Isso fez com que o resultado atrasasse, conseqüentemente,
54 intensificando a crítica às turmas que estão sendo geradas. Mesmo assim, a previsão é de que
55 até o final da próxima semana estarão sendo divulgados os nomes; (ii) no dia 10 do mês em
56 curso, ocorreu em Belém, no auditório da UEPA uma reunião sobre a formação continuada e
57 que o Fórum tem conseguido avanços muito importantes no que tange às orientações para esta
58 formação. Considerou que a reunião foi extremamente produtiva, pois contou com a presença
59 de 130 participantes entre IPES e SMEs. Na ocasião, a UFRA e a UEPA apresentaram os cursos
60 que poderão ser indicados pelos municípios no PAR, e as Secretarias também se manifestaram a
61 respeito das demandas. A memória da reunião será enviada posteriormente a todas as SMEs. (2)
62 **Proposições:** O Prof. Seixas Lourenço propôs a inversão de pauta, sugerindo que depois do
63 item 3.1 sejam apresentados os resultados da Agenda Cidadã e, logo em seguida, o item 3.7 que
64 diz respeito aos resultados dos cursos da UFOPA. O Prof. Celso sugeriu incluir como tema de
65 pauta a participação de um coordenador de pólo UAB no Fórum, dada a importância que essa
66 participação teria na orientação e no esclarecimento da parte logística/operacional de
67 funcionamento dos pólos. O Prof. Licurgo propôs a inclusão de pauta sobre a minuta de
68 resolução n. 003/2010 do Fórum. Esta resolução foi apreciada ainda no mês de junho deste ano,
69 durante a 8ª reunião ordinária, porém ressaltou que seria providencial nova leitura para verificar
70 os ajustes que foram feitos. A Profa. Marlene, mesmo não se opondo às propostas apresentadas,
71 pediu a permanência dos itens da pauta, dado que alguns ficaram pendentes para esta reunião,
72 manifestando-se preocupada com o acúmulo de pauta. O Prof. Licurgo considerou pertinente as
73 considerações feitas pela Profa. Marlene e afirmou a necessidade de se controlar o tempo de
74 debate das questões em destaque, mantendo a sequência da pauta. O Prof. Licurgo, então,
75 submeteu a inclusão dos itens de pauta: 3.8. Apresentação dos resultados da Agenda Cidadã;
76 3.9. Acolhimento de um coordenador de pólo UAB como membro do Fórum; e 3.10. Minuta da
77 Resolução n. 003/2010; ao que todos os membros concordaram com a disposição dos itens. 3.
78 **Ordem do dia: (3.1)** Leitura e aprovação da Ata da 9ª reunião do dia 13 de agosto de 2010. O
79 Prof. Licurgo disse que a referida ata foi encaminhada por e-mail e, portanto, dispensável a
80 leitura naquele momento e consultou os membros quanto às sugestões de alteração da ata, ao
81 que os membros não se manifestaram. O Prof. Licurgo mencionou que chegou via e-mail uma
82 alteração sugerida pelo Prof. José Miguel Veloso, que esteve presente enquanto convidado na
83 última reunião. Este solicitou que esteja explícito na ata da 9ª reunião ordinária a aprovação de
84 novos cursos à distância. A inclusão foi aprovada por unanimidade pelos membros do Fórum. A
85 Profa. Marlene, aproveitando a presença do Prof. Celso, o indagou sobre a manifestação feita
86 por ele na última reunião, no que se refere aos cursos a distância, apresentados como alternativa
87 de superação das dificuldades no estado do Pará, o que era oportuno dada a presença dos
88 titulares e representantes das SMEs. O Prof. Licurgo considerou esta como inclusão de pauta e
89 sugeriu que a Profa. Alba discorresse sobre o assunto. (3.2) Proposta de matrícula on line. O
90 Prof. Licurgo disse que este item reflete uma grande preocupação, uma vez que muitos alunos
91 se matriculam, contudo não comparecem às aulas, o que gera problemas para a CAPES, pois

92 traz uma série de contratempos. Assim, de maneira a tentar evitar evasões, há a sugestão da
93 matrícula on line, levando em consideração as facilidades da tecnologia. Essa matrícula seria
94 feita em 02 (duas) etapas. Na primeira, o candidato preencheria todas as informações on line e
95 faria o upload dos documentos solicitados. Todavia essa questão do upload foi posta de lado em
96 função das dificuldades de conexão em algumas localidades. Na segunda, seria a confirmação
97 dos documentos originais pela IPES responsável, de modo a regulamentar a matrícula
98 institucional do candidato. Este procedimento não será empregado no segundo semestre de
99 2010, pois não há mais tempo. Esse procedimento seria praticado, então, a partir do 1º semestre
100 de 2011. Neste momento, o Secretário Municipal de Educação de Óbidos, Sr. Edson Pádua, se
101 manifestou a respeito da matrícula on line dizendo que há vantagens e desvantagens. Uma das
102 vantagens seria para a IPES, porém para o município é complicado, dado que o acesso à
103 internet é muito difícil. Relatou que para a última seleção foi preciso enviar técnicos da SME ao
104 município de Santarém com o intuito de validar as matrículas dos professores. Quando não
105 conseguem vencer a validação no prazo, perde o aluno, perde o município e perde a IPES. A
106 Profa. Alba explicou que o Brasil é grande e, por isso, a informação não chega na ponta. Ela
107 esclareceu que é possível, quando a prefeitura não consegue acessar a Plataforma Freire, que
108 o(a) Secretário(a) componha a relação dos nomes dos professores do município, coloque o
109 curso e o número do CPF e envie ao MEC. A Profa. disse também que irá formular uma
110 planilha para auxiliar os municípios nesses casos. O Prof. Licurgo esclareceu alguns pontos ao
111 dizer que a CAPES já tinha aberto essa possibilidade de matrícula on line, mas as inscrições já
112 estavam feitas e só poderiam aplicar essa questão agora para o segundo semestre de 2010. A
113 Profa. Alba evidenciou outro gargalo ao dizer que, depois de validado pela secretaria, o
114 professor-aluno tem dificuldade de saber quando a IPES o está chamando para a matrícula, o
115 que faz com que muitos não compareçam para habilitação. O Prof. Seixas Lourenço disse que
116 na UFOPA foram tomadas providências para resolver essa questão, chamando os coordenadores
117 do PARFOR para atuar juntos nesse processo. Ressaltou que dos 3.000 professores-alunos
118 inscritos, pouco mais de 1.300 fizeram matrícula. Outra dificuldade apontada refere-se à
119 formalização da matrícula pois há professores-alunos que ainda estão na condição de ouvintes
120 porque não apresentaram o certificado de conclusão do ensino médio. A Profa. Graça sugeriu o
121 aproveitamento desse ponto para discutir a questão da matrícula, considerando a presença dos
122 Secretários e que a dificuldade de alcançar os professores-alunos aprovados não é da
123 Plataforma Freire. Para ela, a matrícula on line não vai resolver o problema, portanto, uma das
124 saídas é se aproximar das SMEs para formalizar essa matrícula. A Profa. Janae evidenciou que
125 o estado do Pará tem realidades diversas, o que não dá para esperar que todas as escolas tenham
126 internet com banda larga. Por conseguinte, também não dá para esperar que a situação se
127 resolva; a matrícula deve ser feita on line sim, nem todos os municípios terão condições, mas se
128 de um universo de 2.000 alunos, 1.000 conseguirem matricular, será um avanço. O Sr. Victor ao
129 evidenciar a importância da matrícula, propôs que a partir do listão a ser divulgado pela
130 SEDUC, será possível selecionar os dados dos professores e, então, a SME pode realizar o
131 processo de matrícula on line, informando os dados dos professores-alunos, acessando o
132 sistema e registrando os dados. Então, as IPES acessariam a base de dados e exportariam as
133 informações. O Prof. Roberto Ferraz esclareceu o porquê de muitos professores-alunos não
134 apresentarem os certificados de conclusão de ensino médio ao afirmar que em muitos casos, os
135 alunos concluem o ensino fundamental e o médio, mas as escolas não são autorizadas pelo
136 Conselho Estadual de Educação. Ao afirmar que essa é uma situação recorrente em todo o
137 estado, explicou como funciona a questão da legalização das escolas. O aluno passa no
138 vestibular e não tem certificado. Então este entra com um processo no CEE, que vai verificar
139 todo o processo passo a passo: onde o aluno estudou e se a escola tem problema com a
140 documentação; o CEE validará os estudos do aluno e ele terá o seu certificado. É um processo
141 célere, com envolvimento inclusive da Câmara de Educação Básica. Ao evidenciar que todas
142 essas discussões não invalidam a questão da matrícula on line, o Prof. Orlando sugeriu o
143 encaminhamento da questão a fim de tornar a reunião mais objetiva. O Prof. Licurgo disse que

144 a verificação da documentação original é indispensável e que a matrícula on line foi sugestão
145 da UFPA, o que não exclui a verificação. As IPES nesse processo têm como obrigação observar
146 a documentação, pois do contrário o ônus dessa falta é da própria IPES. A solução seria parcial,
147 pois agilizaria a questão documental para a segunda etapa. O Prof. Orlando Tadeu sugeriu que o
148 Comitê elaborasse uma proposta e remetesse, posteriormente, ao Fórum. O Prof. Edson disse
149 que a parte on line pode ser feita, mas é importante a capacitação de um técnico para auxiliar a
150 matrícula on line. Ao entender que não haviam objeções com relação à matrícula, O Prof.
151 Licurgo remeteu o debate para um novo momento. **(3.3)** Moção à CAPES referente à pós-
152 graduação *stricto sensu*. O Prof. Licurgo falou que esse item já havia sido pautado na 7ª.
153 reunião ordinária, mas que ainda era preciso ser discutido. Coube, então, expor o tema naquele
154 momento. No Brasil, a questão da formação *stricto sensu* é forte, entretanto, com relação à
155 docência, as iniciativas ainda são tímidas, já que são poucos os programas no país que têm
156 linhas de pesquisa voltadas para a Educação Básica. O professor da rede básica quando
157 envereda pelo mestrado, passa a trabalhar detidamente na pesquisa e, assim, distancia-se da
158 atuação docente. Então, após o curso de mestrado, parece natural que o professor abandone a
159 Educação Básica e siga pelo caminho da pesquisa. Se houvesse linhas de pesquisa específicas
160 para as disciplinas que o professor ministra, provavelmente continuaria na sua área de atuação.
161 A necessidade de discutir esse tema no âmbito do PARFOR se dá pelo fato de que muitos
162 sujeitos estão envolvidos; há que se criar uma dinâmica que motive os professores a
163 participarem dos processos de formação. O envolvimento no âmbito da formação inicial
164 contribuiria sobremaneira no âmbito da escola, com a possibilidade de evolução e de mudanças
165 nas práticas docentes. O diálogo com a CAPES sobre esse tema foi aberto, os Profs. Licurgo e
166 Seixas Lourenço estiveram com o Prof. Teatini em Brasília e, em conversa, este último
167 acreditava que esta era uma questão pertinente e que deveria chegar ao conselho técnico
168 científico da CAPES. O Prof. Teatini sugeriu que fosse feito pelo Fórum um documento para
169 encaminhar à CAPES, pleiteando a inclusão de pauta desse tema no Conselho Técnico da
170 CAPES. O Prof. Licurgo sugeriu minutar documento para envio. Ele pontuou que na reunião de
171 21 de junho deste ano, a Profa. Helena manifestou-se contrária a essa ideia. O Prof. Daniel, do
172 SINTEPP, concorda com a proposta e dá apoio, pois na cidade de Santarém os professores não
173 têm a oportunidade de cursar mestrado e doutorado, uma vez que para quem não mora na
174 capital é muito difícil, a demanda é grande. Ele perguntou qual seria a proposta de formação
175 continuada *stricto sensu*, citou o caso de São Paulo em que as IPES fazem parceria e abrem
176 turmas específicas. Sugeriu também a formação de um grupo de trabalho sobre essa questão. O
177 Prof. Celso disse que esse tema é de suma importância e se disse favorável à qualificação
178 *stricto sensu* dos professores, com mestrado e doutorado, pois o professor não pode ficar
179 somente com a titulação da especialização. Sobre a questão do mestrado, o Prof. Celso
180 observou que a metodologia da educação a distância é bem propícia. O foco na educação básica
181 é novo, foi inaugurado pelo Ministro Fernando Haddad e pelo Presidente Lula. Em apoio à
182 manifestação anterior, a Profa. Marlene reforçou a necessidade dos professores da Educação
183 Básica alçarem voos mais altos, para além da especialização, portanto, têm que cursar mestrado
184 e doutorado, serem cientistas, mas é preciso conciliar essa questão com a docência. Após as
185 manifestações sobre o tema, os membros do Fórum aprovaram a moção à CAPES. **(3.4)**
186 Apresentação da Base de Informação sobre os professores da Rede Pública de Educação Básica
187 do Pará. O Sr. Victor Castro, servidor da PROEG/UFPA fez a apresentação do BIP. Ao final de
188 sua explanação, o Prof. Daniel o parabenizou e também a toda sua equipe pelo trabalho e
189 sugeriu a exclusão do CPF e data de nascimento do cadastro dos professores. Quanto a isso, os
190 membros do Fórum esclareceram que somente quem tem acesso à essas informações são os
191 secretários e a equipe do PARFOR-PA. A Profa. Marlene pediu esclarecimento a respeito do
192 slide sobre perfis de acesso, ao que o Sr. Victor e o Prof. Licurgo explicaram. Então, foi
193 sugerido que trocasse o nome SEDUC por Secretaria Estadual. Quanto aos municípios
194 cadastrados no BIP que aparecem sem informação, o Prof. Licurgo informou que deve-se ao
195 fato de que alguns municípios ainda não inseriram os dados dos seus professores. O Secretário

196 Municipal de Educação de Itaituba, Prof. Felipe Melo, mencionou o fato de que há professores
197 cursando licenciaturas no PARFOR e também em outras instituições, situação essa que tira
198 vagas de outros professores. O Prof. Licurgo disse que os dados da SEDUC revelam que há
199 cerca de 4.000 professores sem graduação, mas é necessário atualizar essas informações, já que
200 alguns desses docentes já se aposentaram ou já estão graduados. Uma força tarefa já está
201 atuando de modo a corrigir esse problema junto ao setor competente. A Profa. Fátima se
202 manifestou sobre a matrícula dizendo que muitos alunos se matriculam, mas na hora de cursar,
203 acabam se transferindo para instituições particulares, o que faz com que a vaga se torne ociosa.
204 O Prof. Licurgo explicou que a vaga não fica ociosa, pois utilizam da repescagem para tentar
205 solucionar esse problema. Sugeriu ainda que este tema seja pauta para da próxima reunião: a
206 questão das vagas ociosas. O Prof. Seixas Lourenço questionou o Sr. Victor sobre o prazo para
207 acesso da base de dados. O Prof. Licurgo disse que o Comitê Interinstitucional já tem acesso, e
208 que em 15 dias as IPES também acessarão o sistema. **(3.5) Vacância de habilitação às turmas do**
209 **PARFOR-PA.** Este tema está intimamente relacionado ao item 3.2. O Prof. Licurgo falou que o
210 tema é preocupante, pois os dados mostram que esta vacância não é de todo real. Ao observar
211 os dados, a impressão que se tem é de que está sobrando vaga, mas essa sobra remete à “falta
212 de candidatos”. Estes existem, porém o processo de operacionalização impede que se complete
213 as vagas. Para tentar sanear essa situação, uma das propostas é a matrícula on line. O Sr. Édson
214 Pádua, Secretário Municipal de Educação de Óbidos citou o exemplo do município, em que 31
215 candidatos se inscreveram e foram classificados ao curso de Ciências Naturais –
216 Física/Biologia. Para o curso de Pedagogia haviam 200 inscritos e apenas 50 vagas. Por que o
217 restante que gostaria de fazer pedagogia não poderia ocupar as vagas de Ciências Naturais?
218 Sugeriu a possibilidade da segunda opção de curso. A Profa. Alba explicou que a Plataforma
219 Freire foi constituída pensando exatamente nessa questão. O Prof. Roberto disse que essa
220 questão é bastante preocupante, dado que 99% da demanda de 42.000 professores a serem
221 formados são da rede municipal. Então, é natural a demanda pelo curso de Pedagogia, mas resta
222 saber se as IPES tem condições de atender essa demanda. Como o Prof. Roberto também atua
223 no curso de Matemática do PARFOR, fez uma pesquisa e verificou que 90% dos alunos
224 gostariam de ter se inscrito em Pedagogia; destes alunos, 90% eram da zona rural, além de
225 serem temporários. Salientou, então, a necessidade de um planejamento maior nesses
226 municípios. Também falou de uma possível indução, em que a prefeitura diria da demanda
227 existente. A Profa. Hildete explicou que não dá para atender todos os professores porque as
228 universidades também não têm estrutura para alcançá-los de uma única vez, mas isso não exclui
229 ninguém que se cadastrou. O Secretário Municipal de Educação de Rurópolis se manifestou
230 dizendo que o processo passado foi meio atabalhado, dada a rapidez de informações que
231 foram repassadas e o pouco tempo hábil pra o deslocamento do professor para o pólo em
232 Itaituba. Muitos professores perderam o período de matrícula. Também pediu esclarecimentos a
233 respeito dos temporários, uma vez que no município esses professores foram orientados a não
234 se inscreverem. Sobre os temporários o Prof. Licurgo explicou que estes somam quase 90% dos
235 professores de alguns municípios. Excluir esses profissionais não seria interessante, pois
236 deixaríamos de atender um percentual considerável de professores. Assim, a orientação é
237 inscrever esses professores contratados também. A Profa. Fátima Matos falou da experiência da
238 UFOPA em ministrar oficinas de leitura e produção textual, e que paralelamente estão
239 planejando uma oficina de Matemática, de maneira a evitar a evasão de alunos, pois muitos
240 destes não estudam há dez, quinze anos. A Profa. Marlene disse que a UFPA também faz esse
241 tipo de trabalho e sugeriu aos representantes da CAPES o pagamento de bolsa monitoria para as
242 pessoas que fossem ministrar esse tipo de oficina. A Profa. Alba citou o caso das evasões da
243 UNEB na Bahia; lá foram feitos módulos especiais de modo que o aluno pudesse cursar e assim
244 voltar a acompanhar a turma. O problema da evasão é uma questão crucial e é preciso mesmo
245 planejar para minorar essa questão que sempre acontece. Prof. Orlando Tadeu falou dos
246 problemas seríssimos com relação à Língua Portuguesa e à Matemática. Disse que essa solução
247 das oficinas vai ajudar muito a reduzir a evasão. Os membros do Fórum solicitaram a inclusão

248 do tema da evasão na pauta da próxima reunião e em seguida foi feito um breve intervalo para o
249 almoço. Os trabalhos reiniciaram na parte da tarde com o item **(3.6)** Encaminhamento sobre a
250 proposta de criação de novos pólos. O Prof. Licurgo ressaltou que esse tema já esteve em pauta
251 na última reunião, sendo apresentado pelo Prof. José Miguel Veloso. O Prof. Celso
252 complementou a fala do Prof. Licurgo dizendo que a UAB vai estabilizar uma rede de pólos
253 considerando os critérios de proximidade, densidade populacional etc. Falou também que, para
254 esse tema ser produtivo, é importante enviar à CAPES uma pré-proposta de pólos, em seguida
255 marcar uma reunião para definir esses locais. Então, será elaborada uma nota técnica a ser
256 enviada para o grupo assessor deliberar. O Prof. Licurgo aproveitou a oportunidade para
257 observar que vários municípios se candidataram a pólo e acenam com a possibilidade de
258 investir recursos municipais. O Prof. Celso tomou a palavra para responder à pergunta feita a
259 respeito da existência de abertura para uma espécie de tríplice aliança (município, estado e
260 federação) para a instalação de novos pólos. Disse que na época do surgimento da UAB, foram
261 recebidas muitas proposta de municípios e estados, alguns foram selecionados como pólos;
262 depois surgiu a política nacional de professores, que é um dos pilares dessa parceria. O Ministro
263 Fernando Haddad é bastante incisivo no que se refere à Educação Básica. Então, em relação à
264 UAB, todos os esforços estão reunidos de maneira a não aprovar nenhum curso que não se
265 relacione à Formação de Professores. Os cursos aprovados antes tiveram autorização para
266 continuar as turmas, mas não expandir. O Fórum passou a ser o *locus* para definir essa questão
267 dos pólos, pois havia uma indução para que todos fossem estaduais. Complementou que os
268 pólos estão sendo implementados em ritmo inferior ao proposto pelos municípios. Outra
269 dificuldade é o calendário eleitoral que não ajuda nessa definição. O modelo ideal era que
270 existisse uma Coordenação/Superintendência de Ciência e Tecnologia, responsável pela
271 operacionalização da questão logística, para realizar a parte administrativa, o que liberaria as
272 instituições para cuidar somente da parte acadêmica. Citou o caso de Roraima com a
273 Universidade Virtual (UNIVIR) que cuida da estrutura dos pólos. O município entra com a
274 vigilância, a limpeza, o material de consumo, e a contrapartida do estado é a adaptação do
275 laboratório de informática, por exemplo. O pólo pode ser municipal. O mantenedor pode ser,
276 então, ou o estado ou a prefeitura. A Profa. Marlene questionou a respeito dos pré-requisitos
277 para ser pólo. O Prof. Celso explicou que há uma cartilha com orientações; o prédio onde
278 funcionará o pólo tem que ter secretaria, laboratórios e demais espaços adequados ao
279 desenvolvimento das atividades. A CAPES verificou que nos pólos existentes há pequenos
280 reparos a serem feitos. Também há pólos com problemas graves de infraestrutura, pólos em que
281 não podem entrar novas turmas, e o prefeito(a)/secretário(a) de educação tem 06 (seis) meses
282 para sanear esses problemas. Se a situação estiver paralisada, o pólo será descredenciado, e o
283 aluno remanejado para a cidade mais próxima. Atualmente 11% dos pólos do país estão nessa
284 situação. Há a sinalização de que a Eletronorte possa ajudar no financiamento, assim como a
285 Alcoa. A construção desses pólos evitaria que estes fossem instalados nas escolas, o que
286 impediria as crianças de estudar. **(3.7)** Apresentação dos resultados dos cursos da UFOPA até o
287 momento. Foi feita uma apresentação em slides pela Profa. Terezinha Pacheco, foram ofertados
288 05 (cinco) cursos de licenciatura, sendo 04 (quatro) em forma de licenciaturas integradas. Após
289 a apresentação, o Prof. Licurgo parabenizou a iniciativa da UFOPA em avaliar suas ações de
290 modo que foi possível que todos vissem que houve problemas, mas o nível das atividades foi
291 muito bom. A Profa. Dóris mostrou 04 volumes de impressos para teste do material didático,
292 contudo não deu para ofertar o referido material para todos, entretanto alguns exemplares
293 ficaram nas escolas, e a UFOPA vai verificar a possibilidade de, com o recurso da CAPES,
294 imprimir mais exemplares. Estão tentando atender o professor-aluno tanto presencialmente
295 quanto a distância. A Profa. Alba acha interessante que as IPES encaminhem para a Diretoria de
296 Educação Básica esses estudos, tanto para o Prof. Celso quanto para o Prof. Teatini, para
297 mostrar que o que estão fazendo para a operacionalização do plano está baseado em estudo.
298 Fica mais fácil reivindicar e proporcionar às IPES, pois estão dedicados, empenhados. O Prof.
299 Seixas Lourenço disse da importância de disponibilizar um laptop para cada professor-aluno, de

300 forma que essa ação vai proporcionar melhor aprendizado. Ele manteve contato com a Caixa
301 Econômica Federal e com o Banco do Brasil para viabilizarem uma linha de crédito para os
302 professores-alunos fazerem a aquisição desse equipamento e de maneira que possam pagar pelo
303 bem em até 24 vezes. É preciso articular com a gerência do banco a respeito dessa temática.
304 Também estudam a possibilidade de produzir material didático impresso e em DVD. **(3.8)**
305 Apresentação dos resultados da Agenda Cidadã. O Prof. Luís Santana iniciou sua fala sobre o
306 Projeto Agenda Cidadã falando da parceria entre MEC, UFPA e UFOPA. Foram feitas
307 pesquisas e levantados diversos dados relativos à comunidade do entorno da EEEFM Madre
308 Imaculada, levantamento este, feito pelos alunos de maneira que os dados coletados possam
309 ajudar na preservação do patrimônio ambiental e na melhoria da qualidade de vida da
310 população santarena. Esse projeto integra as IPES às escolas de Educação Básica da rede
311 pública do Estado. Foi observado o baixo desempenho de ensino de ciências no país e, por esse
312 motivo, desenvolvido o projeto para minorar essa conjuntura. O Brasil apresentou-se abaixo do
313 Haiti no ranking internacional no que tange ao ensino de ciências. Assim, os alunos das escolas
314 estaduais e municipais de Santarém foram convidados a integrar o projeto. A Agenda também
315 faz um resgate da memória local circunscrita à comunidade que se localiza próxima à escola.
316 Site do Projeto Agenda Cidadã/LAGEOP-UFRJ/LGA-UFRRJ:
317 <http://www.lageop.ufrj.br/vicon/ladec/agenda/cidada/> . O Prof. Licurgo agradeceu a
318 apresentação e parabenizou o grupo da UFRJ, da UFRRJ e da UFOPA pelo excelente trabalho
319 desenvolvido. **(3.9)** Acolhimento de coordenadores de pólo UAB como membro do Fórum. O
320 Prof. Celso justificou a proposta de acolhimento em função da observação de que na quinta e
321 sexta-feira passada ocorreu em Brasília uma reunião com os coordenadores de pólos UAB da
322 Região Norte e coordenadores UAB nas IPES. No caso do Pará, há um certo descompasso a
323 respeito do ensino presencial e a distância. O número de reclamações feitas pelos
324 coordenadores de pólo foi muito grande, dentre elas: (i) a falta de planejamento, pois alguns
325 professores ligavam na semana anterior ao início do curso para solicitar equipamentos, dentre
326 outras coisas; de outro lado, os prefeitos arrumavam um pólo para o curso intervalar que era
327 presencial e acontecia nos municípios e o coordenador do pólo na função primordial não tinha
328 essa tarefa, mas precisava que essa atividade fosse melhor planejada; (ii) o fato do pólo não ter
329 férias. A UAB funciona com sistema de consulta e deliberação que envolve coordenadores de
330 pólo, professores e tutores. O fórum regional de coordenadores de pólo acontece anualmente.
331 No Pará, foi a primeira vez que se reuniram depois do decreto publicado, e aqui foram eleitos
332 presidente e vice-presidente do referido fórum. A ideia é que se tenha no Fórum Estadual
333 Permanente de Apoio à Formação Docente do Pará um coordenador de pólo que estaria também
334 na comissão diretora do fórum da Região Norte. A proposta do professor Celso, segundo o Prof.
335 Licurgo, supre as necessidades do passado. O Prof. Licurgo registrou que quando começou a
336 desenvolver cursos do PARFOR nos pólos UAB, entrou em contato com as Prefeituras por
337 meio das SMEs para fazer a extensão desses pólos fisicamente, de maneira que acontecessem
338 em escolas municipais ou estaduais, conforme o caso. Essa ideia funcionou, foi de extrema
339 necessidade, mas não foi suficiente dado que, concomitantemente, também foram ofertados
340 outros cursos que não eram específicos do pólo da UAB, e que não tinham campus de nenhuma
341 instituição. Em alguns locais havia campus, mas não tinha pólo. Observou-se a necessidade de
342 um instrumento que formalize as atribuições de cada parceiro para que sejam evitados casos
343 críticos como o de Castanhal, em que a UFPA teve que entrar com o custeio, inclusive do
344 material de limpeza, problemas sérios, mas que foram resolvidos. A vinda de um coordenador é
345 importante para participar como membro do Fórum. O Prof. Celso falou que os encontros que
346 aconteceram na própria CAPES se resolveu, e tenta resolver os problemas. Recentemente foi
347 publicada a portaria elegendo os Fóruns Regionais, em que cada estado terá um representante
348 coordenador de pólo, portanto, deve ser dada uma boa recepção à pessoa que virá integrar o
349 grupo. O Prof. Roberto sugeriu que se aprovasse logo este item para não burocratizar o
350 processo. O acolhimento de um coordenador de pólo UAB como membro do Fórum foi
351 aprovado por unanimidade pelos membros deste último. **(3.10)** Apreciação da Minuta da

352 Resolução n. 003/2010. O Prof. Licurgo disse que essa minuta já havia sido apreciada em
 353 junho, foram feitas as alterações sugeridas e solicitou aos membros que verificassem se está
 354 tudo correto com o texto e com a formatação para submeter à aprovação. A Profa. Marlene
 355 disse que fez sugestões meramente formais e encaminhará as mesmas por e-mail. A Minuta de
 356 Resolução n. 003/2010 foi aprovada por unanimidade. **(4)** O que ocorrer. A Profa. Maria das
 357 Graças falou que sua ausência por alguns minutos da reunião se deu em função de que foi à
 358 UEPA rapidamente, pois estão ocorrendo aulas dos cursos do PARFOR. Ela teve a
 359 oportunidade de falar com alguns professores-alunos e que o maior número de reclamações foi
 360 sobre o auxílio formação. Assim, não havendo mais nada a tratar, o Prof. Licurgo agradeceu a
 361 presença de todos informando que a próxima reunião ocorrerá no dia 18 de outubro de 2010
 362 (segunda-feira), às 9:00h, na UEPA, que será a instituição anfitriã; deu por encerrada a reunião
 363 e eu, Maíra Carvalho de Carvalho, lavrei a presente ata.

INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O FÓRUM	NOME DO REPRESENTANTE	ASSINATURA
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/PARFOR-PA	Licurgo Peixoto de Brito	
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - MEC/CAPEB	Celso Costa	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA	Marlene Medeiros Rodrigues de Freitas	
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	Maria das Graças da Silva	
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - UFRA	Janae Gonçalves Martins	
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - UFRA	Orlando Tadeu Lima de Souza	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA	José Seixas Lourenço	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA	Terezinha de Jesus Dias Pacheco	
UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - UNDIME/PA	Sandra Helena Ataíde	
UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - UNCME/PA	Francisco Willams Campos Lima	
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARÁ - SINTEPP/PA	José Mateus Ferreira	
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE/PA	Roberto Ferraz Barreto	